

**O VOTO E AS ESCALAS DE PLEITOS ELEITORAIS: EXEMPLOS DE
CIDADES PORTUGUESAS****THE VOTE AND THE ELECTORAL SCALES: EXAMPLES OF CITIES
PORTUGUESE****LE VOTE ET ELECTORAL PRÉTEND ÉCHELLES: EXEMPLES DE VILLES
PORTUGAISES**

Daniel Cirilo **AUGUSTO**¹
danielciriloaugusto@hotmail.com

RESUMO

Pela ótica da Geografia eleitoral, este trabalho, tem como objetivo, apresentar algumas considerações a respeito da decisão do voto em diferentes escalas de pleitos eleitorais. Utiliza-se como elemento norteador a democracia e o voto em Portugal. Para a análise, buscou-se como meio de obter os resultados, os questionários aplicados aos eleitores portugueses. Três foram as cidades escolhidas para a recolha das amostras, são elas: Braga, Évora e Lisboa. Vale ressaltar, que as análises dos dados obtidos através da aplicação dos questionários, resultou em importantes resultados para o entendimento da decisão do voto em diferentes escalas de pleitos eleitorais; destaca-se a diferenciação dos níveis de identificação pessoal e identificação partidária no eleitorado, ao qual modificou-se de acordo com a escala do pleito eleitoral.

Palavras-chave: Geografia eleitoral; decisão do voto; escalas de pleitos eleitorais.

ABSTRACT

This work it has to present some considerations regarding the voting decision at different scales of election contests. It is used as a guiding element of democracy and the vote in Portugal. For the analysis, it sought as a means to get the results, the questionnaires given to Portuguese voters. Three were the cities chosen for the collection of the samples, they are: Braga, Évora and Lisbon. It is noteworthy that the analyzes of the data obtained through the questionnaires resulted in important results for the understanding of the voting decision at different scales of election petitions; there is the differentiation of personal identification levels and party identification in the electorate, which was modified according to the scale of the election campaign.

Key-words: Electoral geography; vote decision; claims of electoral scales.

RESUMÉ

Du point de vue de la géographie électorale, ce document vise à présenter quelques considérations concernant la décision de vote à différentes échelles de concours électoraux. Il est utilisé comme un élément de guidage de la démocratie et le vote au

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá-UEM com estágio de doutorado na Universidade de Lisboa-Portugal.

Portugal. Pour l'analyse, nous avons cherché un moyen pour obtenir les résultats, les questionnaires donnés aux électeurs portugais. Trois étaient les villes choisies pour la collecte des échantillons, ils sont: Braga, Évora et Lisbonne. Il est à noter que les analyses des données obtenues par les questionnaires ont abouti à des résultats importants pour la compréhension de la décision de vote à différentes échelles de pétitions électorales; il est la différenciation des niveaux d'identification personnelle et l'identification du parti dans l'électorat, qui a été modifié en fonction de l'ampleur de la campagne électorale.

Mots-clé: géographie électorale, décision de vote; revendications des échelles électorales.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia eleitoral e sua abordagem acerca dos fenômenos eleitorais, contribuem para o enriquecimento da ciência geográfica. A partir de seu objeto de estudo, esta subárea da Geografia permite identificar características singulares do território, como por exemplo, a implicação do poder no eleitorado.

A decisão do voto, formada em períodos que não se restringem apenas aos períodos eleitorais, demonstram as variadas estratégias dos detentores do poder para manter ou conquistar este poder. Diante disso, o eleitor é elemento central neste processo, pois legitima fenômenos eleitorais, através do voto. Neste sentido, o sistema democrático e as escalas eleitorais são fatores que merecem abordagem, pois contribuem para a tomada de decisões dos eleitorais.

Os resultados das amostras de Portugal, revelaram resultados que permitem observar que a identificação partidária e a identificação pessoal, são maneiras relevantes para a decisão do voto, entretanto, estas identificações são modificadas a partir da mudança de escala de pleitos eleitorais. Identificou-se então, que escalas locais contribuem para a decisão do voto por identificação pessoal e pleitos eleitorais de escala nacional influenciam a decisão do voto por identificação partidária.

2. O SISTEMA DEMOCRÁTICO EM PORTUGAL: AS ELEIÇÕES E SUAS CARACTERÍSTICAS

O comportamento eleitoral visa compreender e explicar diferentes fenômenos pertencente a dinâmica das eleições nas sociedades contemporâneas. A decisão do voto e a abordagem acerca do voto no comportamento eleitoral, se consolidam

como um viés de análise para desvendar como procede e o significado que o voto possui na dinâmica política.

Neste trabalho, a partir da Geografia eleitoral, busca-se aferir o papel das escalas para a compreensão da decisão do voto, o que permite verificar também, se há ou não diferenças neste sentido, no que tange as mudanças de escala.

Para focar na análise da diferenciação dos pleitos eleitorais é preciso perceber como se organiza os pleitos eleitorais em Portugal, local de análise desta investigação.

Em Portugal, os órgãos do Estado cujos titulares são eleitos por sufrágio universal são: a Presidência da República, os deputados à Assembleia da República e às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas (Açores e Madeira), os membros das câmaras e assembleias municipais e das assembleias de freguesia e, indiretamente, o presidente da junta de freguesia. São ainda eleitos os deputados ao Parlamento Europeu, os chamados Eurodeputados.

De acordo com a Comissão Nacional de Eleições – CNE, as eleições ocorrem de 4 em 4 anos (no final do mandato). Há também eleições em caso de dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República ou quando a perda de mandato dos seus membros impeça o órgão de funcionar (falta de *quorum* ou, mesmo com *quorum*, quando não haja membros eleitos pela candidatura mais votada, por analogia com o regime legal previsto para os órgãos das autarquias locais). As eleições têm lugar, obrigatoriamente, no período entre 14 de setembro e 14 de outubro, no primeiro caso, e no prazo máximo de 55 dias após a dissolução do órgão.

No âmbito das eleições portuguesas, podem votar: todos os portugueses maiores de 18 anos, ou, nas eleições para o Parlamento Europeu, todos os cidadãos da União Europeia residentes em Portugal. O voto não é obrigatório, o que se faz obrigatório, é o recenseamento, que é obrigatório aos 17 anos. A legislação portuguesa permite, com diferente amplitude, a participação dos nacionais portugueses residentes no estrangeiro, e dos nacionais estrangeiros residentes em Portugal, nas eleições portuguesas. Para uma melhor compreensão dos diferentes níveis de participação admitidos, coloca-se uma breve explicação, da divisão em categorias de eleitores aptos a votar:

- i. Portugueses residentes no estrangeiro;

- ii. Cidadãos comunitários;
- iii. Nacionais dos países de língua oficial portuguesa;
- iv. Brasileiros titulares do Estatuto especial de igualdade;
- v. Outros estrangeiros.

Desta forma é consolidada as eleições em Portugal, uma democracia com sufrágio universal, alicerçada na revolução do 25 de abril de 1974². Contudo, os pleitos eleitorais em Portugal, evidenciam outros fenômenos que colocam algumas indagações no que diz respeito aos quadros eleitorais e de comparecimento às urnas.

Um importante fenômeno recorrente nas eleições em Portugal, diz respeito as abstenções eleitorais. Estas, são reflexos também do comportamento político-eleitoral dos portugueses e logo, do (des)contentamento perante a política partidária. O fato é inerente aos resultados da decisão do voto, o que nos permite observar que a conjuntura leva a modificações na decisão do voto, nas diferentes escalas de pleitos eleitorais.

Ao analisar os dados oriundos do CNE ao qual apresentam os números das eleições legislativas durante os últimos 40 anos, da constituinte até à de junho de 2011, que elegeu o atual governo do primeiro ministro Pedro Passos Coelho, um resultado é visível: a taxa de abstenção eleitoral - ou seja, os números dos que não compareceram as urnas (em percentagem do total dos eleitores) – aumentou de forma quase interrupta desde o ato que fundou a democracia portuguesa com sufrágio universal. Em 1975, foi o mais baixo que se registrou, 8% dos eleitores não compareceram. Em um número bem distante, aparece os dados de abstenções das últimas eleições para a assembleia da república, um total de 42% de eleitores que preferiram não votar. Este número, revela o valor mais alto de abstenções eleitorais para este tipo de eleição.

As abstenções eleitorais, revelam também características do comportamento eleitoral, refletidos na decisão do voto. O comportamento eleitoral, a partir da análise dos números das abstenções, possibilita assim, perceber que inúmeros eleitores podem estar descrente com a política partidária e/ou também com a situação da democracia no país.

² O chamado “25 de abril” foi uma revolução denominada como Revolução dos Cravos, refere-se a um período da história de Portugal resultante de um movimento social, ocorrido a 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo. Este marco, possibilitou a entrada definitiva do sistema democrático com sufrágio universal no país. Sua origem, obteve uma forte orientação socialista.

Estudos utilizando dados resultantes de inquéritos por questionário, têm medido o grau de satisfação dos portugueses com a democracia e o grau de legitimidade que conferem ao regime. Entende-se, em geral, que desde pelo menos os finais dos anos de 1980, uma percentagem elevada e estável dos portugueses não contempla a existência de alternativas sérias à Democracia enquanto sistema político. Entretanto, sabe-se também que, desde o início deste século, Portugal é um dos países da Europa Ocidental cujos cidadãos se sentem mais insatisfeitos com o funcionamento do seu regime democrático (MAGALHÃES, 2009).

Ao considerar as instituições democráticas como importante para o debate da democracia, não podemos esquecer que a democracia é instituída na esperança de propor uma igualdade na escolha da representação, o que torna o sistema democrático em uma relevante opção para a população que por muitos anos ficaram as margens do ato de ser representado na gestão dos Estados.

Em Portugal, as pesquisas realizadas com eleitores votantes confirmou uma tendência em analisar a democracia como um sistema que se encontra de forma insatisfatória para uma grande parte dos questionados pela pesquisa. A insatisfação pela democracia é gerada prioritariamente em função da descrença que muitos eleitores demonstraram ter no que se refere aos políticos e suas agremiações partidárias. Na figura 1 é possível identificar o sentimento que os eleitores votantes possuem acerca do sistema democrático português.

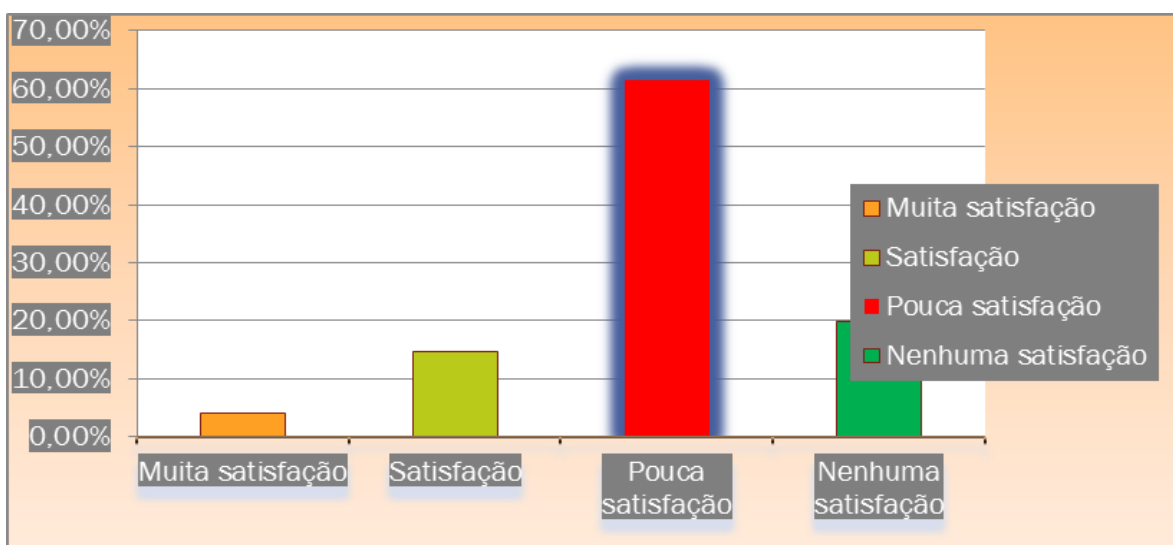


Figura 1. Sentimento sobre satisfação dos eleitores-votantes acerca da democracia portuguesa. **Fonte:** Aplicação de questionários (2015). **Org.:** Augusto, D.C.

Ao analisar a figura 1 é perceptível que boa parte dos portugueses questionados apresentaram uma insatisfação no que tange a democracia no país. Mais de 80% demonstraram um descontentamento sobre o sistema democrático, o que caracteriza, que algo pode não estar sendo assertivo no sistema, ao menos no que tange a representação da população em geral.

A pouca satisfação no sistema democrático pode ser ocasionada em função da descrença que o eleitorado possui no próprio sistema eleitoral e não no próprio sistema democrático. Assim, a falta de discernimento entre democracia e sistema eleitoral, pode ter ocasionado um número elevado de pessoas elegendo a “pouca satisfação acerca da democracia” em suas escolhas.

Um segundo elemento pode ter contribuído para esta “insatisfação”. A falta de confiança que os portugueses possuem altamente em seus representantes, levou os mesmos a relatarem que não há esperança em uma melhora no sistema democrático, enquanto houver os mesmos representantes no poder. Isso converge com o fato de Portugal possuir um considerável nível de abstenção eleitoral, já que inúmeros eleitores relataram este descontentamento.

O descontentamento citado é potencializado ainda em detrimento do país estar mergulhado em uma crise econômica que assola a Europa desde 2011. Como sabe, a atual crise é considerada entre os países europeus como uma das piores crises pelo qual a Europa enfrentou e isso, contribui diretamente no comportamento da população e logo, nos eleitores.

Carreirão (2002) coloca que este comportamento leva ao “voto econômico”. É comum, quando se discorre sobre avaliação de desempenho dos candidatos a cargos públicos, debates sobre o “peso” da economia ou desempenho econômico na decisão do voto. A linha argumentativa que norteia este debate é a de que a avaliação que os eleitores fazem do governo é fortemente influenciada pelo estado da economia. Desta forma, este autor menciona que a avaliação, a respeito do governo, influencia o voto; logo, as condições econômicas que o país se encontra também influenciará o voto. Esta seria a forma retrospectiva³ do voto econômico.

³ Segundo Carreirão (2002), o eleitor, ao decidir o seu voto pela avaliação de desempenho, estrutura sua decisão em duas formas. A primeira é o voto pela avaliação retrospectiva em que o eleitor toma como referência o desempenho passado, ou seja, o que o governo ou candidato teve como ocupante de cargo público. A segunda é o voto pela avaliação prospectiva, sendo esta uma espécie de expectativa de desempenho futuro, consolidado, geralmente, em candidatos que não possuem muita ligação com governos antecessores ou aqueles candidatos considerados opositores.

Pode-se ainda observar os dados realizados por cruzamento de dados. O cruzamento foi feito para identificar o grau de satisfação dos eleitores, através dos grupos de idade. Estes dados demonstram resultados com pouca diferenciação através das diferenças de idades, como é possível ver no gráfico a seguir.

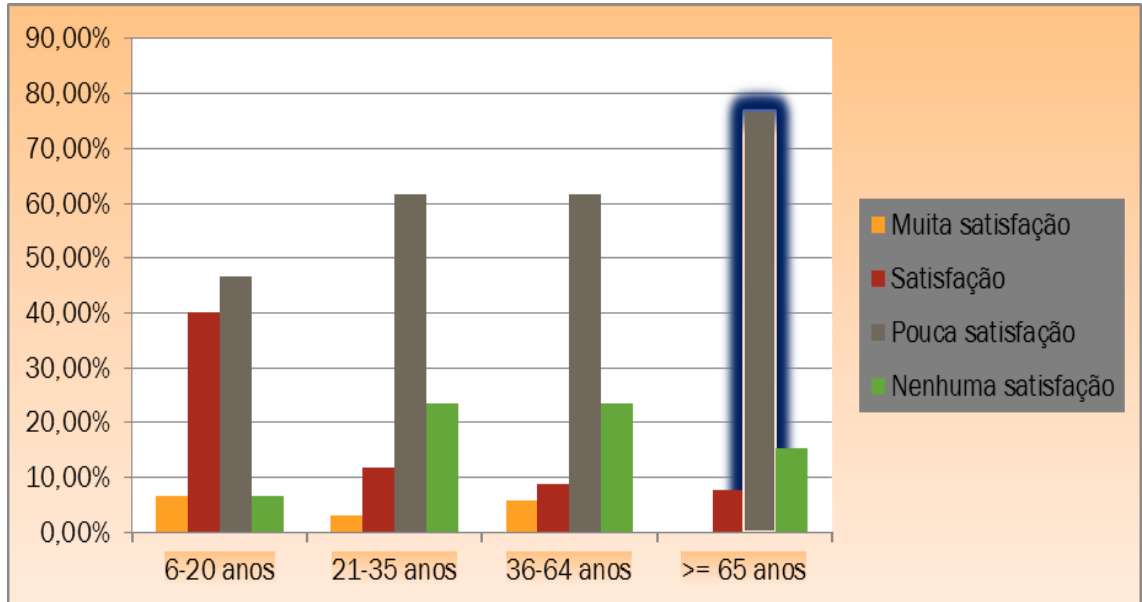


Figura 2. Sentimento de satisfação à democracia portuguesa: cruzamento por grupos de idade. **Fonte:** Aplicação de questionários (2015). **Org.:** Augusto, D.C.

Os dados da figura 2 mostra que de fato há uma simetria entre os resultados por cruzamento por faixa etária. Em todas os grupos de idade, o item “pouca satisfação” foi superior. Entretanto, ao fazer o comparativo entre os grupos de idade, observa-se que os maiores níveis do item “pouca satisfação” (cerca de 80%), encontra-se entre os mais idosos, aqueles com 65 anos ou mais. Este resultado se dá em detrimento dos eleitores mais idosos conhecerem os anos anteriores à crise econômica e, principalmente anos em que a economia portuguesa era considerada estável, do ponto de vista econômico⁴. Eleitores idosos atrelam, por exemplo, a entrada do Euro no país como um “vilão”, responsável por afundar Portugal economicamente.

Em pesquisa, com alguns eleitores, foi possível identificar a seguinte afirmação: “No período da ditadura” ou “No tempo de Salazar, nós tínhamos um

⁴ A substituição das moedas nacionais pelo Euro foi analisada, pela primeira vez, em 1994, pelo Instituto Monetário Europeu. A introdução das notas e moedas de Euro em Portugal exigiu um vasto trabalho de preparação. Em setembro de 2001, foram distribuídas notas e moedas de Euro às instituições de crédito e, em dezembro, às grandes empresas e retalhistas. A partir de 17 de dezembro de 2001, foram colocadas à venda ao público, nas tesourarias do Banco de Portugal e aos balcões das instituições de créditos, no valor de 10 Euros, com todas as denominações de moeda metálica corrente (BANCO DE PORTUGAL, 2015).

maior poder de comprar com o Escudo”. Tais afirmações, corriqueiras entre os eleitores questionados, nos evidencia que o atual período econômico remete uma insatisfação por todo o sistema político, bem como a democracia. Observa-se, em Portugal, que muitos idosos tendem a preferir a ditadura ao sistema democrático. Já os jovens, não fazem ligação entre problemas econômicos ligados ao sistema democrático. Isso é perceptível quando se observa no gráfico 2 que o item “satisfação” se destaca em maior número entre a população mais jovem (até 18 anos), cerca de 40%.

Diante disso, a democracia nem sempre é vista pelo todo da população como a forma de representação mais adequada, isso acontece, por exemplo, em eleitores que levam em consideração apenas um aspecto para refletir e tomar suas posições. Pelo que vimos, eleitores idosos, levemente buscaram encontrar no sistema político democrático uma justificativa para o enfraquecimento da economia, o que não é verdade, já que o crescimento econômico e/ou estabilidade econômica não dependem unicamente do sistema político adotado pelo país.

3. O VOTO E AS DIFERENTES ESCALAS DE PLEITOS ELEITORAIS

O sistema democrático e suas particularidades afloradas a partir das diversas realidades territoriais sujeitam a formação de diferentes decisões do voto. Já se sabe que cada território e suas realidades específicas, tais como legislação eleitoral, características populacionais, partidos políticos, dentre outros, influenciam na formação do voto, mas afinal, neste sentido qual é o papel das escalas de pleitos eleitorais na decisão do voto? Qual motivação (ou não) as escalas propiciam para contribuir ao eleitor decidir-se em votar via partido político ou pelo candidato?

Para perceber se há influências neste sentido, é necessário compreender que as escalas são definidas pelos tipos de pleitos que ocorrem em determinado território, definidos principalmente pelas características do sistema eleitoral adotado. “As regras adotadas nas eleições são sempre elaboradas a partir das realidades concretas das sociedades e de seus espaços de vida as quais elas devem ser aplicadas” (CASTRO, 2011, p.300).

Diante disso, pode-se considerar que estes elementos são responsáveis também para a definição do voto e possibilita, assim, perceber que o voto não é uma

ação única e momentânea restrita apenas ao ato de votar, pelo contrário, é construída durante os intervalos dos pleitos eleitorais.

Neste sentido, pode-se compreender como é estabelecido o comportamento eleitoral nas diferentes escalas, tendo em vista dois eixos de análise para a decisão do voto: a identificação pessoal e a identificação partidária. A identificação partidária é um construto de elementos que possibilitam o eleitor identificar-se com algum partido político e assim, decidir seu voto através de propostas que seguem um determinado partido político. Já a identificação pessoal consolida-se na possibilidade do eleitor decidir seu voto através das características de ordem pessoal candidato. O eleitor que opta pela identificação pessoal, baseia-se prioritariamente no caráter, honestidade e capacidade administrativa do candidato.

Pode-se identificar ainda, que eleitores podem decidir seus respectivos votos pautados em ambas as possibilidades, isso pode ser relativo ao nível de conhecimento que o mesmo possui sobre a política partidária, sua vontade em obter benefício pessoais ou ainda, pelo fato das escalas de pleitos eleitorais, influenciarem para o voto ora por identificação partidária, ora por identificação pessoal.

No caso da identificação partidária, a construção desta se dá principalmente pelo enraizamento que os partidos políticos têm na sociedade e, principalmente no eleitorado. Entretanto, o que se observou na realidade portuguesa é que muitos eleitores não possuem “afinidades” para com os partidos políticos, como é possível ver na tabela 1:

Tabela 1. Total de eleitores que simpatizam (ou não) com os partidos políticos.

Partidos	Cidades			
	Braga	Évora	Lisboa	Média
PSD	28,3%	6,2%	11,9%	15,4%
CDS	1,1%	1,0%	1,6%	1,2%
PCP	6,3%	9,1%	2,1%	5,8%
PS	9,5%	22,5%	15,3%	15,7%
BE	3,2%	7,0%	6,8%	5,6%
Nenhum	48,4%	48%	60,2%	52,1%
Outro	3,2%	6,2%	2,1%	3,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A tabela 1 nos evidencia inúmeros elementos de relevância para o debate acerca da decisão do voto por partidos políticos. O primeiro e mais evidente é o expressivo número de eleitores que não simpatizam com “nenhum” dos partidos políticos ofertados para escolha. Em todas as cidades analisadas, os maiores percentuais foram representados por este quesito, ou seja, 52,1% dos eleitores analisados das três cidades demonstraram não possuir qualquer tipo de simpatia para com as instituições partidárias de Portugal. Em análise específica de cada cidade, observa-se a mesma regra, entretanto, Évora foi a localidade que apresentou o maior percentual de eleitores não simpatizantes aos partidos políticos (62,9%).

Outro elemento relevante para esta análise, diz respeito aos partidos que obtiveram os maiores percentuais de eleitores simpatizados por eles, são estes: Partido Socialista - PS e Partido Social Democrata - PSD, com 15,7% e 15,4%, respectivamente. O primeiro é aquele que apresenta oposição ao atual governo de Portugal, liderado pelo primeiro ministro Pedro Passos Coelho do PSD. Para muitos eleitores, o partido socialista é uma importante oposição, tendo em vista que pode ser visto como a esperança em derrotar o atual partido de Passos Coelho, que insistiu na efetivação das medidas de austeridade, na tentativa de evitar um maior agravamento da crise econômica no país.

Ao analisar cada cidade é possível observar a tendência do comportamento político distinto das cidades. As cidades com maiores distinções entre elas são: Braga e Lisboa; a primeira possui seus maiores números em simpatia para com partidos de direita, que neste caso está representado pelo PSD do atual primeiro ministro Passos Coelho, que obteve 28,3% dos eleitores a simpatizar por este partido. De forma distinta, Évora apresentou um comportamento político voltado à esquerda, já que os números mostraram tendência pró-simpatia à partidos de esquerda, que no caso desta cidade obteve o total de 22,5% dos eleitores a simpatizar pelo PS.

Neste sentido, ainda acordo com a tabela 1 é possível observar, que para o caso de Évora, ao fazer a soma de todas os eleitores simpatizantes por partidos políticos de esquerda, o percentual tende a aumentar. A somatória do Partido Comunista – PCP, PS, e Bloco de Esquerda – BE, totalizaram 38,6% dos eleitores inquiridos em Évora, o que evidencia com clareza uma tendência deste eleitorado a votar em candidatos e partidos de Esquerda.

A conjuntura evidenciada pela tabela 1, além de discernir acerca dos eleitores simpatizados pelos partidos políticos a partir dos diferentes contextos (cidades), demonstra ainda que a decisão do voto e a participação do eleitorado (no que tange ao sistema partidário), muitas vezes se torna modesta. Nos exemplos de Portugal, observa-se o fato para o caso de Lisboa, local aonde encontrou-se os percentuais com a maior equidade nas porcentagens: PS com 15,3% e PSD com 11,9%.

Os eleitores inquiridos da capital, foram aqueles ao qual demonstraram estar mais distanciados dos partidos políticos, já que foram estes, os que concentraram os maiores números no quesito “nenhuma simpatia” com as instituições partidárias. A amostra de Lisboa, totalizou 60,2% dos inquiridos a afirmar “nenhuma simpatia”, o que representa uma percentagem relevante (mais da metade). Mas afinal, a baixa expressividade de eleitores simpatizantes pelos partidos políticos, reflete numa diminuta identificação partidária? Há diferenças na decisão do voto em função da mudança da escala do pleito eleitoral?

A identificação partidária é originada a partir do enraizamento que os partidos políticos possuem na sociedade, logo, isso ocorre em função da sua ação que é mostrada para a população. Diante disso, se um baixo número de eleitores se dizem não simpatizados com as instituições partidárias, pode-se presumir que a identificação partidária será afetada. A figura 3, apresenta a percentagem de eleitores que votam pela identificação partidária ou identificação pessoal em pleitos locais, que em Portugal são eleições para as câmaras municipais.



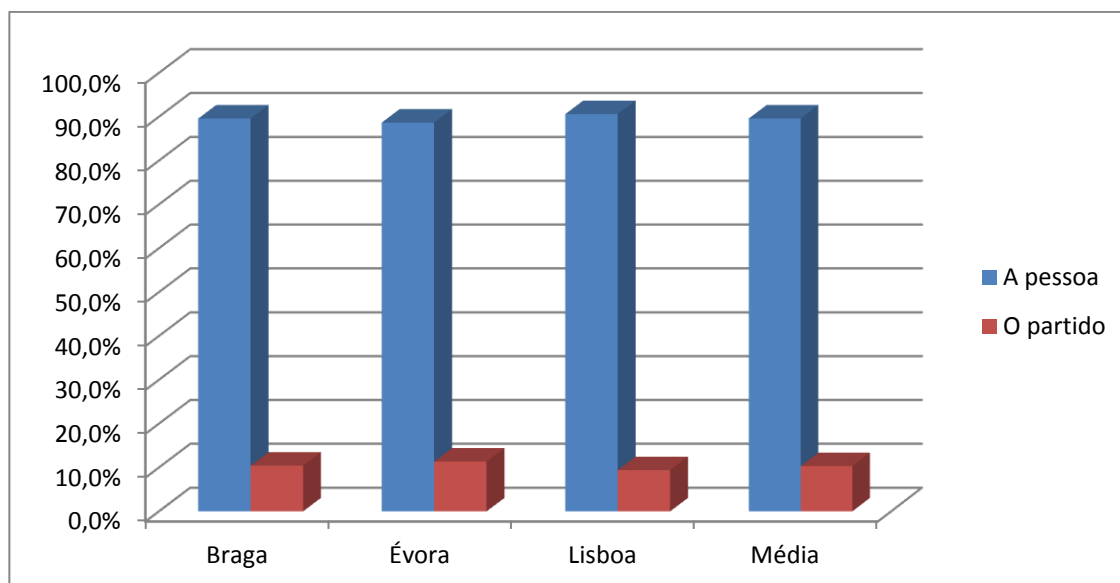


Figura 3. Decisão do voto para câmara municipal: identificação partidária e identificação pessoal. **Fonte:** Aplicação de questionários (2015).

A figura 3 deixa evidente que o voto dos inquiridos analisados, demonstram uma decisão do voto pautado na pessoa, enquanto candidato. O partido político, enquanto preditor para o voto é utilizado por uma mínima parcela dos inquiridos, (10,3% de média), contrariamente, uma elevada percentagem de eleitores afirmou utilizar a pessoa enquanto candidato para decidir o voto (89,6% de média), o que se permite observar então, que provavelmente a “não simpatia” apresentadas pelos inquiridos (ver tabela 1) influenciaram para a decisão do voto baseada na pessoa/candidato. Observa-se também, neste sentido, que nas três cidades investigadas houve uma linearidade entre as identificações.

Portanto, pode-se observar, que os dados apresentados pela figura 3 permitem-nos dizer que a decisão do voto em escala local, propicia uma tendência ao voto pautado por características de ordem pessoal dos candidatos, isso ocorre em detrimento também, dessa escala estar mais próxima do eleitorado, o que permite o eleitorado conhecer e fazer o seu juízo de valor a respeito do caráter e da personalidade do respectivo candidato, como evidencia Martinez (2015, p. 10):

Las elecciones locales son una de las bases de la democracia, por la cercanía con la población. Es por ello, que son las elecciones en las que los ciudadanos perciben mayor cercanía con los políticos y donde la participación siempre es más elevada.

Portanto, a proximidade que os pleitos eleitorais de escala local possuem com o eleitorado condiciona uma maior presença dos candidatos junto a população e

logo, influencia o voto via pessoa, enquanto candidato. Perante isso, observa-se o inverso ao analisar os dados da identificação partidária e identificação pessoal em pleitos de nível nacional, como e apresentado na figura 4.

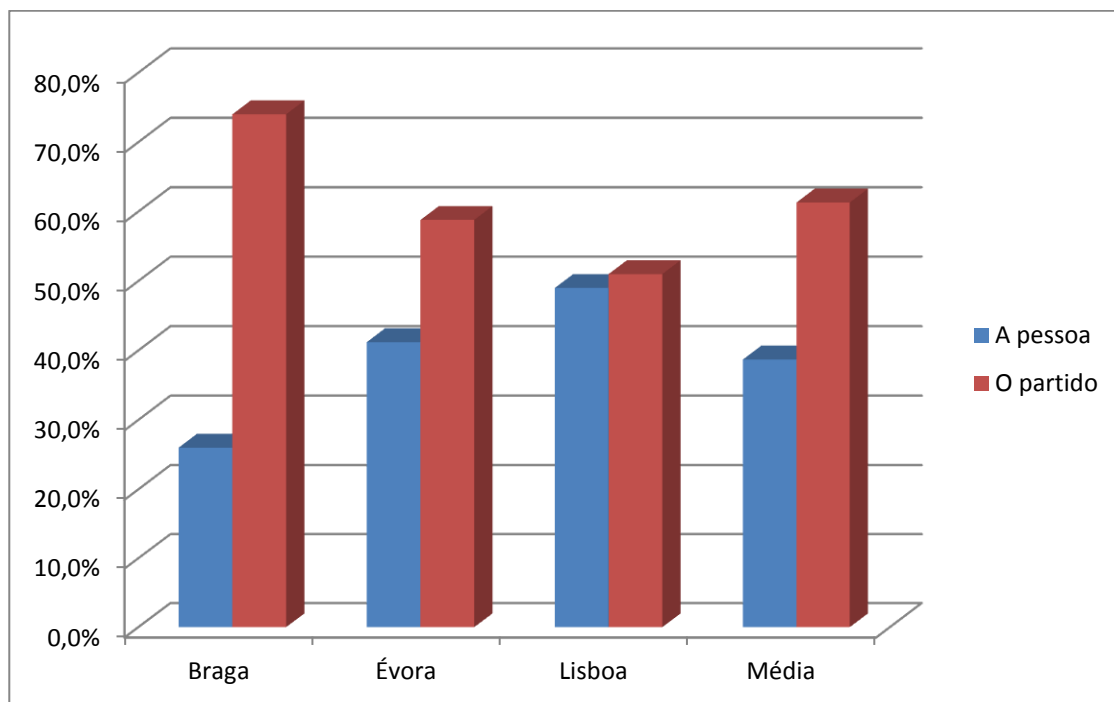


Figura 4. Decisão do voto para Assembleia da República: identificação partidária e identificação pessoal. **Fonte:** Aplicação de questionários (2015).

Os pleitos eleitorais de nível nacional, que neste caso está representado pelas eleições legislativas, apresentam dados que permite observar que este tipo de eleições possibilitam um distanciamento entre o eleitorado e os candidatos. O fato condiciona aos partidos uma maior participação como elemento preditor do voto, como se observa na figura 4, em que 61,3% dos eleitores inquiridos admitiram utilizar as instituições partidárias como elemento para decidir o voto.

Em análise específica é perceptível que os eleitores inquiridos da cidade de Braga são aqueles que apresentaram os maiores índices de identificação partidária, seguidos de Évora que apresentou 58,8% de eleitores a utilizar a identificação partidária como meio para decidir seu voto.

Para tanto, pode-se considerar uma estreita relação entre a proximidade e a utilização das “identificações”. Ao passo que a escala do pleito eleitoral se distancia do eleitorado, a tendência é que a identificação partidária se sobreponha em relação a identificação pessoal. Os exemplos das figuras anteriores (figura 3 e 4) que

representam o voto nas eleições para câmaras municipais e assembleia da república, respectivamente, pleitos locais e pleitos nacionais, permitem averiguar uma mudança na decisão do voto ao passo que muda a escala.

Assim, o que se confirma é que a identificação partidária é presente em um número maior de eleitores, nos pleitos de escala nacional, em contrapartida, em pleitos de nível local a identificação pessoal é mais evidenciada. O fato é visível, a partir da comparação entre as médias das figuras 3 e 4, em que na figura 3 a média da identificação partidária contabilizou total de 15,1%, diferentemente da média da figura 4 que somou total de 61,3%. Portanto, estes percentuais confirmam a efetividade das diferentes escalas enquanto elemento a influenciar na decisão do voto, que neste caso diferiu entre os níveis de identificação partidária e identificação pessoal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema democrático e suas particularidades revelam inúmeros fenômenos e fatos que perpassam pela vida cotidiana da sociedade e, muitas vezes não são percebidas pela população. A democracia não se resume na escolha dos governantes a partir do sufrágio universal, a democracia vai muito além da simples definição do livre arbítrio em escolher seus candidatos e/ou partido político.

O espaço que aborda a democracia extrapola o âmbito da participação às urnas, e por isso, se faz necessário entender elementos primários como por exemplo, o sentimento que o eleitorado possui acerca da satisfação pela democracia. A partir do contentamento ou não desse eleitorado, consolida determinados pontos necessário à discussão do sistema democrático, como a abstenção eleitoral, que no caso português é uma preocupação evidente, devido a conjuntura da não obrigatoriedade do voto.

Além disso, na dinâmica da não obrigatoriedade do voto é perceptível, uma estreita ligação entre as escalas eleitorais e os níveis de identificação partidária e identificação pessoal. As cidades pesquisadas, demonstraram possuir maior aptidão para a identificação partidária em pleitos eleitorais de escala nacional, em função, a exemplo da distância que existe entre o candidato e o eleitor, o que não propicia uma consolidação tão elevada da identificação pessoal. Em contrapartida, em

AUGUSTO, Daniel Cirilo. O voto e as escalas de pleitos eleitorais: exemplos de cidades portuguesas. **Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE**, v. 4, nº 7, p. 166 – 180, jul./dez. 2015. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

eleições locais, a proximidade leva um elevado número de eleitores a utilizar a identificação pessoal como preditor do voto.

Portanto, em Portugal, observou-se através das análises dos resultados de questionários realizados em Braga, Évora e Lisboa, duas grandes distinções: o voto diferenciado a partir da escala nacional e escala local. Estas diferenciações permitem, ainda, averiguar a relevância da escala enquanto categoria analítica da Geografia eleitoral, pois é através destas diferenciações escalares que se concretizam as estratégias eleitorais, que por sua vez contribuirão para o comportamento eleitoral e a decisão do voto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.13, p.21, 2007.

_____. **A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

CASTRO, Iná Elias de. **Espaços da democracia**: Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Primeiros Passos).

CODATTO, Adriano Nervo; SANTOS, José dos Santos. **Partidos e Eleições no Paraná**: uma abordagem histórica. Curitiba: Edição do TRE-PR, 2006.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do Voto**: Democracia e Racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré, ANPOCS, 1991.

LISI, Marco. **Os partidos políticos em Portugal**. Coimbra: Almedina, 2011.

MAGALHÃES, Pedro. **A qualidade da democracia em Portugal**: A perspectiva dos cidadãos. Lisboa: Fundação Luso-americana, 2009.

MARTINEZ, Geraldo Rodríguez. El uso de internet como herramienta de comunicación en campaña electorales municipales. **Revista Más Poder Local**, Murcia, N. 23, p.09, 2014.

Páginas da Web visitadas:

BANCO DE PORTUGAL. Lisboa. Disponível em: www.bportugal.pt/pt-PT/NotaseMoedas/EuroANossaMoeda/Paginas/Introducaoeuro.aspx. Acesso em: 20 de abril de 2015.
2007, p. 347-376.